



DEMOCRACIA E DIREITOS

DIMENSÕES DAS
POLÍTICAS PÚBLICAS
E SOCIAIS

POR UMA SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL:

PONTOS DE PARTIDA E UMA NOVA PERSPECTIVA

Daniel Ouriques Caminha, Universidade do Estado de Santa Catarina – Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas / Programa de Pós-Graduação em Administração | UDESC - ESAG

Carolina Andion, Universidade do Estado de Santa Catarina – Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas / Programa de Pós-Graduação em Administração | UDESC - ESAG

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo propor uma nova abordagem sociológica ao estudo da ciência da administração pública no Brasil. Nosso argumento é de que o olhar sociológico tem sido pouco exercitado nos estudos científicos que versam sobre a disciplina científica de administração pública neste país, mas que, se melhor explorado, teria muito a contribuir para o conhecimento teórico-empírico do seu passado e sua condição presente, bem como para o fortalecimento do diálogo e da reflexão junto aos atores do campo acerca dos desafios e das perspectivas de futuro. Ao realizarmos uma busca sistemática de artigos que tomam por objeto a disciplina científica de administração pública em periódicos científicos nacionais da área de Administração junto às bases Spell e Scielo, notamos que a produção científica, composta de 61 artigos encontrados após filtragem, caracteriza-se como dispersa entre uma pluralidade de autores e bastante concentrada na Revista de Administração Pública.

POR UMA SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL:

PONTOS DE PARTIDA E UMA NOVA PERSPECTIVA

CAMINHA, Daniel Ouriques

ANDION, Carolina

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo propor uma nova abordagem sociológica ao estudo da ciência da administração pública no Brasil. Nosso argumento é de que o olhar sociológico tem sido pouco explorado nos estudos científicos que versam sobre a disciplina científica de administração pública neste país, mas que, se melhor explorado, teria muito a contribuir para o conhecimento teórico-empírico do seu passado e sua condição presente, bem como para o fortalecimento do diálogo e da reflexão junto aos atores do campo acerca dos desafios e das perspectivas de futuro. Ao realizarmos uma busca sistemática de artigos que tomam por objeto a disciplina científica de administração pública brasileira em periódicos científicos nacionais da área de Administração junto às bases Spell e Scielo, notamos que, dentre os 61 encontrados após filtragem, coexistem quatro diferentes formas de abordar o fenômeno em pauta: a) os estudos sobre educação em administração pública, centrados nos dilemas e particularidades do ensino da disciplina; b) os estudos de cunho epistemológico, predominantemente guiados pela discussão sobre paradigmas, cujo alicerce filosófico é a obra de Thomas Kuhn; c) os estudos históricos, que enfocam a história de instituições de ensino e pesquisa, a americanização da administração pública e a história da disciplina e do seu ensino; e d) os estudos sociológicos, centrados tanto em usos seletivos da sociologia da ciência de Pierre Bourdieu quanto no estudo da formação de uma identidade coletiva disciplinar. Há uma clara concentração de artigos nas três primeiras formas, sendo a abordagem epistemológica a mais recorrente (24 artigos), enquanto os estudos de cunho sociológico são bem mais escassos, apenas cinco.

Deste levantamento podemos supor que, por ser um campo disciplinar em construção, as preocupações com a reconstituição de sua história, com suas bases epistemológicas e natureza do ensino próprias são uma urgência. Afinal, um campo disciplinar para existir precisa distinguir-se de outras existências coletivas, e, para tanto, precisa afirmar uma identidade própria. Talvez a questão da construção identitária própria como princípio de distinção seja o maior investimento que ambas as quatro abordagens têm feito até então.

Disso, desdobra-se a propositura de uma nova perspectiva sociológica de pesquisa que aqui objetivamos lançar. Partimos de uma constatação empírica acerca do fortalecimento de uma narrativa da identidade própria que tem sido construída no interior das quatro diferentes abordagens supracitadas: 1) a identidade de ensino, material e espiritualmente distinta da matriz de administração de

empresas; 2) a identidade histórica, pelos movimentos históricos de ruptura com o ensino jurídico e a ciência administrativa (*management*) e aproximação com a política; 3) a identidade epistemológica, pelo fortalecimento do paradigma da administração pública como administração pública; 4) a identidade sociológica, pelo fortalecimento de um *éthos* comum centrado no interesse público e no republicanismo. Diante deste substrato empírico, lançamos a seguinte inflexão teórica: é possível afirmar que existe de fato autonomia nas práticas concretas desta disciplina científica? Se há, em qual grau? Ou do contrário, poderíamos falar da sua heteronomia? Para tanto, urge evocar a partir do arcabouço conceitual da Sociologia da Ciência os recursos necessários para fazer ver, com especial ênfase para a recente reconfiguração que vem perpassando a ciência da administração pública no Brasil no começo do século XXI, as tensões entre autonomia e heteronomia científica que a perpassam. Amparados por um esquema que relaciona estruturas sociais, cultura e práticas para fazer ver a dinâmica (perspectiva diacrônica) e a configuração do campo (perspectiva sincrônica), nossa hipótese inicial (que carece ainda de maior sistematização) é de que tal reconfiguração resente vem articulando esta ciência com as esferas política e moral de forma *sui generis*. Portanto, o que se propõe é uma sociologia histórica da administração pública no Brasil. Para tanto, este artigo divide-se em três seções, incluída esta introdução. Na segunda, apresentaremos o estado atual dos estudos inseridos na temática. Na última, sistematizaremos nossa propositura de estudo.

1. O estado atual das pesquisas sobre a ciência da administração pública no Brasil

A construção do objeto de pesquisa ao qual este estudo está mirando, qual seja, o desenvolvimento da ciência da administração pública no contexto brasileiro, requer alguns procedimentos prévios de ajuste, sendo o primeiro deles é de ordem semântica. Estamos aqui interessados em destrinchar o sentido plurilateral do termo “administração pública”. Esta plurilateralidade já aparece nas reflexões de Waldo (1971), um dos primeiros pensadores a atentar para esta questão de ordem semântica. Somente após um procedimento de compreensão poderemos enfim sinalizar para qual caminho semântico seguir.

A administração pública é um daqueles termos em língua portuguesa que pode significar ao menos quatro coisas, sem quereremos esgotar as possibilidades de sentido: o quadro administrativo de associações políticas (no Estado moderno, mas também em formações tradicionais, por exemplo), a prática profissional associada à gestão das instituições públicas, e uma disciplina científica que em si mesma guarda uma dupla significação de ensino e de pesquisa. Estamos, dentro dos limites das intenções deste artigo, interessados em objetivar apenas o sentido de administração pública enquanto disciplina científica. Como nos revela a experiência concreta, o sentido de ensino e o sentido de pesquisa estão amparados no guarda-chuva mais amplo do sentido de disciplina científica, que, no Brasil em geral, tem como fundamento material as universidades que abrigam conjuntamente ensino e pesquisa na mesma

instituição, ainda que além dos limites universitários possa haver instituições de ensino que não produzam pesquisa. Vamos nos ater a este sentido mais amplo, de disciplina científica, o que leva em conta o conjunto de instituições, atores e dispositivos cujo investimento se dá na produção de conhecimento científico e seu ensino.

Esclarecidos os limites e o delineamento semântico do objeto, cabe a ele lançar um questionamento. Ora, sabemos que, a partir de verificado acordo dentre alguns autores (COELHO; NICOLINI, 2014; CAMINHA, 2014; WAHRLICH, 1979), a administração pública tem sido pensada como disciplina de estudos desde o século XIX no Brasil. E se até a década de 1930 esteve bastante atrelada ao pensamento e ao ensino jurídico, a partir do Estado Novo, e principalmente com a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) em 1938, observa-se uma ruptura com o campo jurídico e respectiva aproximação de dirigentes do estado varguista com a ciência administrativa e de governo norte-americana, resultando na institucionalização de concursos públicos para técnicos administrativos, cursos de gestão aos servidores públicos, aperfeiçoamento nos Estados Unidos e a criação da Revista do Serviço Público (RSP), que desde seu início reunia textos de autores canônicos da disciplina. Mas o caráter mais propriamente disciplinar somente foi conquistado após a criação da Fundação Getúlio Vargas (FGV) na década de 1940, que, através da sua Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP), inaugurada na década de 1950, teve o primeiro curso superior da disciplina no Brasil. Portanto, se pelo menos a mais de um século de história já existe um conjunto de atores, mais ou menos dispersos e com preocupações distintas, engajados em algum tipo de reflexão e ação para com a administração pública enquanto disciplina, deve haver um estado relativamente bem constituído de estudos acerca da disciplina científica de administração pública no Brasil. A realização de buscas sistemáticas junto a periódicos científicos nacionais, subsidiada por buscas em outros tipos bibliográficos: livros, teses e dissertações, indica que sim, que há um estado da arte constituído destas investigações, que se adensaram muito na última década. O que não nos é estranho, pois, em função dos próprios avanços e conquistas do movimento do “Campo de Públicas” (PIRES *et al.*, 2014), é natural o aumento da reflexividade sobre sua própria condição de existência. É exatamente isto que pretendemos apresentar nesta seção, e demonstrar que estes encontram-se clivados em quatro distintas formas de abordar o fenômeno: a) os estudos sobre educação em administração pública; b) os estudos de cunho epistemológico; c) os estudos históricos; e d) os estudos sociológicos. Num primeiro momento, apresentaremos os procedimentos de pesquisa sistemática e uma breve descrição quantitativa deste estado da arte, para, em seguida, adentrar numa exposição qualificadora que procurará refletir sobre o estado de cada uma destas três formas de abordagem, apontando suas contribuições, lacunas e potencialidades.

Dados estes pormenores preparatórios, passamos agora à exposição da forma como a busca sistemática deste estado da arte foi procedida. Estabelecemos que a busca seria direcionada apenas aos periódicos brasileiros vinculados à área de Administração, considerando publicações em quaisquer

idiomas e abrangendo todo o espectro de classificação do sistema Qualis/CAPES. Para atingir este segmento de artigos, julgamos que as bases mais pertinentes para tanto são a Spell (direcionada apenas à Administração) e o Scielo (direcionada às ciências sociais humanas e sociais em geral). Estas duas bases foram utilizadas conjuntamente, mediante a definição de alguns critérios de busca. Nestes termos, os mecanismos foram: localizar nos resumos os termos-chave “Administração pública”, “Gestão de políticas públicas”, “Gestão pública”, “Gestão social” e “Políticas públicas”, sendo cada um deles buscados em associação com outros dois termos: “ciência” e/ou “disciplina”. Justamente pelo caráter polissêmico que recém apontamos, a função destes termos auxiliares é de tentar filtrar, num primeiro momento, apenas aqueles trabalhos que versam sobre o campo científico/disciplinar da administração pública (bem como as demais nomenclaturas legítimas que compõem o espaço do Campo de Públicas), e não aqueles que versam sobre assuntos relacionados ao campo prático da gestão pública. Do total inicial de 152 artigos encontrados em ambas as bases de busca, foram eliminados os repetidos, analisados os resumos e cortados aqueles que estavam fora de nosso escopo de análise, restando ao final um total de 61 artigos condizentes com o campo temático, ainda que com formas variadas de contribuição ao tema. Estes artigos foram reunidos e organizados pelo software *Endnote X7*, que facilita a classificação, organização e manuseio de material bibliográfico. Subsidiariamente, além da busca nos periódicos, foi realizada uma busca de teses e dissertações no portal da CAPES, onde foram localizados 21 trabalhos. Também foi realizada busca de livros na Biblioteca Mário Henrique Simonsen, da EBAPE/FGV, principal acervo bibliográfico em Administração Pública do país.

Quanto ao mapeamento quantitativo dos artigos localizados nos periódicos, levamos em consideração os autores e revistas mais recorrentes, a evolução anual das publicações em termos de quantidade e a sua distribuição em torno das abordagens. Os principais autores, por quantidade de publicações são: Tânia Fischer (07 artigos), Fernando de Souza Coelho (06 artigos), Bianor Cavalcanti (04 artigos), Élvia Fadul (04 artigos), Alexandre Nicolini (03 artigos), Paulo Roberto Motta (03 artigos), Rafael Alcadipani (03 artigos) e Tania Keiner (03 artigos). Observamos uma certa dispersão entre os autores, pela ampla variedade deles e pela baixa concentração de artigos num único autor. Os periódicos que concentram maior número de artigos referentes ao tema são: Revista de Administração Pública (27 artigos), Cadernos EBAPE.BR (08 artigos), Revista de Administração de Empresas (06 artigos), Administração Pública e Gestão Social (05 artigos), Revista de Administração Contemporânea (03 artigos) e Revista do Serviço Público (03 artigos). Ao contrário, aqui se observa considerável concentração de artigos num único periódico, a RAP, o que de certo modo é coerente, por ser uma revista especializada no campo temático abordado. Quanto à evolução cronológica das publicações, observa-se que estas vêm aumentando. Se eram pouco frequentes nas décadas de 1960, 1970 e 1980, passaram a ser mais no final da década de 1990, porém a maior concentração de publicações está entre 2010 e 2017, onde o número de publicações na temática aumentou muito consideravelmente, indicando que se trata de um esforço coletivo recente na área. Isto pode estar relacionado, por um lado, ao novo fôlego que

esta disciplina obteve no final da década de 1990 (GAETANI, 1999), e, por outro, aos desdobramentos do movimento Campo de Públicas. Com relação a distribuição dos artigos entre as quatro distintas formas de abordagem do fenômeno, observamos que há uma clara concentração de temas nas três primeiras, sendo a abordagem epistemológica a mais recorrente (24 artigos), enquanto os estudos de cunho sociológico são bem mais escassos, apenas cinco. Levando em conta o conjunto das quatro abordagens, também notamos que há uma ampla dispersão temática, coerente com a também ampla dispersão de autores, que em geral publicaram apenas um artigo. Portanto, os temas transitam entre: a história das instituições de ensino e pesquisa, a americanização do ensino e da pesquisa, a história dos saberes administrativos, a história do ensino de administração pública, os rumos do ensino de administração pública, a memória da administração pública, a radiografia do ensino de administração pública, sociologia dos professores de administração, a formação do administrador público, os currículos dos cursos, abordagens multidisciplinares em administração pública, o desenvolvimento da administração pública como um campo do saber, os paradigmas do campo científico, bibliometria da produção científica e a administração pública como um campo de conhecimento. Resta, nas subseções seguintes, refletir sobre o estado próprio de cada das quatro abordagens e lançar hipóteses sobre as razões desta configuração.

1.1. Os estudos sobre educação em Administração Pública

O bloco de estudos que aborda a questão da educação superior em administração pública está centrado numa temática geral: a formação do administrador público. Predominantemente voltada à problemática do ensino, não direcionada seu olhar a problemática da pesquisa. Cronologicamente, o primeiro estudo é de Wahrlich (1967) que traça um amplo panorama institucional da formação superior em administração pública no Brasil, num momento histórico de apogeu desta formação cujo principal representante era a EBAP/FGV e dos ideais desenvolvimentistas que viam na Administração (e também na Economia) as principais vias de acesso à formação das elites dirigentes. É também neste período que é publicado o livro “O ensino de administração pública no Brasil” (MACHADO, 1966), que cobre o vasto aspecto institucional do ensino da disciplina. Mas se nas décadas seguintes ocorreu considerável retração no ensino desta disciplina (GAETANI, 1999), na década de 1990 este processo começou a ser revertido, o que gerou novas reflexões sobre a formação num contexto de transformações políticas e sociais (GAETANI, 1999; FISCHER, 1993; NICOLINI, 2003). A chegada do século XXI é marcada pela expansão da formação superior em administração pública, o que implicou em novas discussões sobre seus rumos. Por exemplo, Oliveira e Sauerbronn (2007) refletem sobre os desafios do ensino nesta nova conjuntura de ampliação institucional da formação, advogando por maior investimento na formação docente, regulação do ensino, uso de novas tecnologias, maior foco nos praticantes e reformulação da estrutura curricular dos cursos a partir de uma lógica pública que se opõe a lógica de mercado predominante na formação em administração. Nesta mesma linha, Coelho (2008) discute a partir de pesquisa realizada em alguns bacharelados em Administração com habilitação em AP as

lacunas e perspectivas do ensino, identificando que elas estão relacionadas à dificuldade de atração de aluno por conta das perspectivas de trabalho obscuras, à formação acadêmica que além de carente em corpo docente, não possui identidade própria e age mimeticamente em relação à administração de empresas, e a inserção profissional estar ainda muito deslocada ao setor privado. Em síntese, o autor advoga por uma “melhor definição das especificidades da administração pública como campo disciplinar” (COELHO, 2008, p. 19). Certamente, a falta de identidade própria parece ser uma das questões que mais tem inquietado os autores vinculados a esta abordagem. Neste sentido, também podemos observar Gaetani (1999) que demonstra preocupação com a perda de *status* que o ensino da disciplina enfrentou no fim do século XX, sugerindo que a reconquista do prestígio pode ocorrer pela via do investimento no ensino associado ao desenvolvimento da pesquisa em programas de pós-graduação. Somente por esta via a administração pública poderia se estruturar como um campo disciplinar. É esta busca de identidade que perpassa também Fischer *et al.* (2008) que discutem a avaliação de programas de pós-graduação em Gestão Social, advogando que estes tenham caráter multidisciplinar, a capacidade de refletir criticamente sobre as práticas de gestão e que se insiram pragmaticamente nas comunidades com as quais interage.

1.2. Os estudos epistemológicos

Sendo o maior em número, este segundo bloco de estudos que aborda questões epistemológicas na disciplina de administração pública é predominantemente guiado pela discussão sobre paradigmas, cujo alicerce filosófico é a obra de Thomas Kuhn (2011). Assim, são recorrentes temas caros à obra do filósofo/historiador das ciências norte-americano: paradigmas, estados normais e revolucionários, comunidade científica e as lógicas de desenvolvimento histórico das ciências. Vejamos como estas questões se dão cronologicamente. O marco inicial desta abordagem é o estudo de Wahrlich (1979), que não está ligado à influência kuhniana. Mais retrospectivo e descritivo, ele retraza um amplo panorama do desenvolvimento teórico da disciplina na América Latina, partindo do enfoque jurídico do século XIX, passando pela influência da Administração Científica e chegando até a noção emergente de administração para o desenvolvimento. Na sequência temos o estudo de Tânia Fischer (1984a), fruto de sua tese de doutoramento (FISCHER, 1984b) sobre o ensino de administração pública no Brasil. Nele, a autora busca compreendê-la enquanto disciplina científica a partir de uma leitura do conceito de paradigma de Kuhn, onde propõe um resgate histórico do seu desenvolvimento disciplinar e do seu ensino, para, ao final, propor que a racionalidade substantiva deva orientar um novo paradigma na disciplina, até então predominantemente perpassada pelo paradigma da racionalidade instrumental. A partir deste estudo houveram alguns desdobramentos, como os estudos de Keinert (1994) e Keinert e Laporta (1994), que recebeu versão mais adensada em livro (KEINERT, 2000). Neles, as autoras seguem a linha de estudos de paradigmas de Kuhn e propõe analisar a evolução do campo disciplinar através dos seus paradigmas dominantes. Ao contrário de Fischer, que advoga mudança paradigmática, as autoras veem de fato uma recente mudança paradigmática na década de 1990 na direção de uma

redefinição da noção de público que vincula à administração pública a uma cultura republicano-democrática emergente e à busca dos interesses coletivos. Anos mais tarde, Andion (2012) vai dialogar com Keinert, advogando que a mudança paradigmática constatada não ocorreu na prática, pois o que se observa é que vem ocorrendo a continuidade paradigmática através da reprodução de uma concepção funcionalista de ciência no campo. Tamanha é a influência da obra de Kuhn nestes estudos que ele os perpassa direta e indiretamente. Por exemplo, Paes de Paula (2005) advoga pela ênfase nos estudos centrados num novo modelo de administração pública societal e de gestão social, diferente da perspectiva gerencial. Do mesmo modo, Souza (1998) defende maior rigor epistêmico-metodológico sem cair na suposta neutralidade do positivismo, valorizando a dimensão moral e ética do pesquisador, mas sem abdicar os rigores procedimentais. Muito recentemente, novos desdobramentos têm sido apresentados. Fadul *et al.* (2011) e Fadul *et al.* (2014) buscaram analisar o estado atual do campo disciplinar a partir de amplo levantamento bibliográfico junto aos anais do EnANPAD e ENAPGS. Aproximações com a teoria crítica têm sido feitas, tanto através de um diálogo com Habermas (ABREU, 2010) como um resgate das primeiras gerações de Frankfurt (VALADARES *et al.*, 2017). E, novamente, o resgate dos conceitos de Kuhn vem à tona, tanto através de Keinert (2014), que busca fazer uma leitura do movimento “Campo de Públicas” à luz do conceito de comunidade científica e identificar um paradigma emergente relacionado ao interesse público e ao *éthos* democrático-republicano, quanto através de Guerra *et al.* (2012) que buscam analisar a Nova Administração Pública à luz de sua ruptura com o paradigma burocrático vigente.

1.3. Os estudos históricos

Este terceiro bloco de estudos se refere àqueles que fazem uso ou de uma perspectiva histórica para objetivar o fenômeno em pauta, qual seja, a disciplina científica de administração pública, ou então quando seu objeto de estudo está historicamente situado. Portanto, existem aqueles que querem compreender o estado da disciplina à luz de um movimento histórico (o passado sedimentado do presente) como aqueles que querem perspectivar objetos específicos no passado (o passado pelo passado), como, por exemplo, a gênese das primeiras escolas superiores de administração pública no país. Grosso modo, estes estudos estão amparados em três principais temáticas: a) a história das instituições de ensino e pesquisa; b) a americanização da administração; e c) a história do ensino de administração pública. Ao contrário dos outros dois primeiros blocos, este bloco em particular existe em parte na intersecção com os anteriores, haja vista que aqui história e ensino quase sempre aparecem integradas e que a matriz de discussão do bloco epistemológico é predominantemente uma epistemologia histórica (Kuhn). Em primeiro lugar, temos aqueles engajados na história das instituições, como, por exemplo, Sergio Wanderley (2016) que propõe uma história do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) enquanto uma escola de governo pioneira. Também, Barros (2014) e Barros e Carrieri (2013) voltam suas atenções ao passado para discutir a gênese dos cursos superiores de administração na UFMG na década de 1950 e os acordos para o desenvolvimento Brasil-Estados Unidos nas décadas

de 1940-50 que resultou na criação da EBAP. Alguns livros memorialísticos sobre a EBAP foram também publicados, como D'Araujo (1999) e Bomeny e Motta (2002), com tom mais consagratório do que científico. Sobre o DASP, é possível conferir no artigo de Silva (1968) que o vê como propulsor do managerialismo no Brasil, e a dissertação de Caminha (2014), que estuda as relações de sua elite dirigente com a Administração Científica norte-americana. Em segundo lugar, os estudos sobre a americanização da administração brasileira, concentrados em Alcadipani e Bertero (2012), Alcadipani e Caldas (2012) e Vale, Bertero e Alcadipani (2013). Apesar de enfocarem fenômenos específicos, como as relações entre Guerra Fria e ensino do *management* em terras brasileiras e os diferentes caminhos da americanização em instituições como a FGV e a USP, possuem em comum o fato de lidarem com conceitos abstratos como imperialismo e americanização para analisarem muito mais as influências exógenas do que as variabilidades de recepção e uso pela constelação pouco harmônica dos valores e interesses das elites dirigentes locais. Em terceiro lugar, temos os estudos de história do ensino, que se concentram em Coelho, Olenski e Celso (2011) e Coelho e Nicolini (2013, 2014), e, conjuntamente, buscam abranger um enorme espectro cronológico que vai do século XIX até o final do século XX no que tange à origem e desenvolvimento do ensino em administração pública no Brasil. Particularmente diferente destes é o estudo de Farah (2011), que ao invés de focar no ensino constrói uma história mais ampla da disciplina ressaltando sua interseção com outras áreas do saber, em especial a ciência política e as políticas públicas. Se, em termos geral, estes estudos de cunho histórico não se aplicam diretamente à produção de teoria social, que, do ponto de vista da História aproximar-se-ia de uma história social (BURKE, 2012), são majoritariamente centrados na descrição de acontecimentos singulares e na descrição serial dos acontecimentos discretos. De todo modo, julgamos estes esforços relevantes para construir e fortalecer a identidade coletiva de um campo disciplinar até então pouco afeito à sua história.

1.4. Os estudos sociológicos

Este último bloco é constituído pelos estudos sociológicos. Como já mencionamos, a busca sistemática mostrou que estes são bastante escassos se comparados aos estudos que constituem os demais blocos. Ao total são apenas cinco, e, por serem poucos, nos demos a liberdade de percorrer um por um aqui. Inicialmente, temos Fadul, Mac-Allister da Silva e Silva (2012) que propõem uma reflexão teórica do campo científico da administração pública à luz da abordagem e dos conceitos sociológicos de Pierre Bourdieu. Mas, por se tratar de um ensaio, os autores não operacionalizam esta sociologia no nível empírico, repousando suas reflexões no nível teórico e ficando em aberto os procedimentos de verificação empírica. Não há conexão entre os conceitos propostos por este autor e a devida operacionalização numa realidade empírica, o que contradiz seu pressuposto epistemológico (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2015) de incessante diálogo entre a razão teórica e os fatos empíricos. Já o estudo de Gonçalves e Oliveira (2016) ampara-se nas discussões de psicologia social sobre formação de identidades coletivas para discutir a constituição identitária do movimento

“Campo de Públicas”. Os autores avançam na percepção de que esta identidade por projetos pode ter nascido dos sentimentos de resistência à hegemonia da ciência administrativa (*management*). Novamente abrindo um diálogo com Bourdieu, mas aqui munidos de um arsenal empírico mais robusto, os autores Melo e Serva (2004) usam o conceito de campo científico para analisar a vida do ator central deste campo, o pesquisador. O artigo de Keinert (2014) volta-se ao tema da construção de uma identidade coletiva do “Campo de Públicas”, mas, ao contrário de amparar-se na psicologia social, retoma o conceito de comunidade científica de Kuhn. A autora empreende uma análise que busca ver neste movimento um processo de constituição de uma comunidade científica no sentido kuhniano do termo, sendo respaldada por um *éthos* comum – centrado no interesse público e no republicanismo. Por fim, temos o estudo de Mendonça, Gonçalves-Dias e Junqueira (2012) que analisam o campo de estudos em Gestão Social a partir da abordagem de redes, destacando as práticas que se constroem a partir da articulação de um coletivo em rede. Apesar da escassez de estudos sociológicos, que se centram ou na sociologia da ciência de Bourdieu e na questão de construção identitária, podemos tirar uma conclusão prévia para arrematar esta seção: por ser um campo em constituição, as preocupações com a reconstituição de sua história e com as bases epistemológicas próprias são uma urgência. Afinal, um campo disciplinar para existir precisa distinguir-se de outras existências (princípio relacional), e para tanto precisa afirmar uma identidade própria. Talvez a questão da construção identitária seja o maior investimento que ambas as quatro abordagens têm feito até então. Mas se a sociologia da ciência da administração pública foi pouco explorada, isso não quer dizer que ela tem pouco a contribuir para construção de conhecimento científico. Defendemos a posição de que ela tem, e que esta contribuição não precisa necessariamente estar atrelada ao investimento identitário, o que não implica em abrir mão de, através do olhar sociológico, refletir junto com os atores do campo sobre seu passado, a condição presente e perspectivas de futuro. Na próxima seção, apresentaremos uma nova propositura de estudo sociológico.

2. Uma nova propositura sociológica ao estudo da ciência da administração pública no Brasil

Antes de dar início à apresentação da proposta, julgamos necessário apresentar os antecedentes de pesquisa de um dos autores deste artigo, para que ela seja, do ponto de vista de nossas intenções, compreensível quanto ao seu significado subjetivamente visado. Assim o fazemos para elucidar a nossa perspectiva sobre o que será proposto. Neste quesito, estamos de acordo com Max Weber (2003), quando nos menciona que a inserção de um cientista num tema (e a própria escolha deste tema) é uma questão da sua significação cultural, portanto perspectivada e plenamente imbuída dos valores do cientista para tanto.

A sua aproximação com esse tema ocorreu no Mestrado Acadêmico em Administração, realizado entre 2012 e 2014, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Inicialmente, seu

interesse era pela história da ciência da administração pública no Brasil. Parti do princípio de que, em muitos casos concretos, o universo das elites é sociologicamente mais relevante que o universo “profano” para o entendimento de certos fenômenos sociais, principalmente aqueles que tendem a se autonomizar em esferas profissionais de práticas. Algumas provas concretas o apontavam para a confirmação empírica deste valor. Nota-se que a gênese brasileira da Administração Pública estava relacionada a grupos compósitos de intelectuais e dirigentes políticos bastante próximos do poder político-estatal. Em muitos casos específicos, o intelectual e o dirigente eram a mesma pessoa. Havia pouca diversificação das atividades culturais, dos espaços de atuação autônomos e respectivas orientações de ação pouco diferenciadas (MICELI, 2001).

De todo modo, tratava-se de uma elite que incidia diretamente nas práticas de mediação do fenômeno que me interessava, os princípios científicos da administração pública sendo descobertos e importados dos Estados Unidos. Mas, ao se lançar numa realidade significativa melhor delimitada, qual seja, o trânsito de um grupo de dirigentes políticos vinculados ao Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) para a criação da Fundação Getúlio Vargas (FGV) findado o Estado Novo, entre o quinquênio 1930-1945, que criaria o primeiro curso superior de administração pública do país na década seguinte pela Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP-FGV), seu foco de atenção se modificou.

Foi direcionado, pelos indícios que os dados lhe forneciam, a produzir uma pesquisa muito mais voltada aos dirigentes políticos daquele momento do que propriamente aos intelectuais de profissão aplicados ao labor de uma disciplina científica. Não lidou com profissionais da ciência nem com um espaço de práticas científicas em administração pública. Tais elementos ainda não haviam sido institucionalizados no Brasil, pelo menos até o fim do Estado Novo. Portanto, estando mais próximo de produzir uma sociologia política do que qualquer outro enfoque, sua preocupação central foi a de compreender de que modo a administração científica importada por esta elite se encontrava naquele contexto histórico subordinada à esfera política local.

Assim, e abrindo mão de um ponto de vista oposto, que vê em conceitos mais abstratos como “imperialismo” ou “americanização” às chaves explicativas do fenômeno e negligencia a constelação pouco harmônica de valores e interesses das elites locais (ALCADIPANI; CALDAS, 2012), decidi estudar a trajetória de vida daqueles dirigentes políticos vinculados ao DASP, que foram atores-chave na condução da reforma administrativa varguista e na importação da administração pública científica. Pôde notar, pelo material empírico, que tal ciência foi instrumentalizada pela coalizão política que veio ao poder com Vargas em 1930 para redefinir a concepção de política até então dominante (política patrimonial) em política como organização ou como administração, assim servindo de trunfo/recurso na luta política que estava em vias entre os antigos políticos oligarcas e os novos políticos cosmopolitas que se definiam mais como administradores do que como políticos propriamente (CAMINHA, 2014). Porém, sociologicamente, estes novos políticos, apesar de seus

trunfos alicerçados na racionalidade da ciência, pouco diferiam em termos de origens sociais dos antigos políticos oligarcas, haja vista que as bases sociais de ambos eram a grande propriedade de terra. O autor obteve evidências históricas relevantes para contribuir à teorização sobre as transformações no espaço político e os usos políticos da ciência administrativa no período 1930-1945. Se, por um lado, o discurso de autonomização da ciência administrativa em relação ao ensino jurídico era uma realidade (COELHO; NICOLINI, 2014), por outro, não se poderia falar de autonomia conquistada realmente tendo em vista a ampla politização que perpassou esta ciência naquele quinquênio.

Mas findada a dissertação, se viu com uma enorme e lacunar questão aberta: o que aconteceu e vem acontecendo com a ciência da administração pública no Brasil desde o fim do Estado Novo até o tempo presente? Suspeitamos que os muitos desdobramentos nos últimos cinquenta anos e ainda uma história recente em vias de se fazer, o levaram a ampliar o interesse por este tema, mas sem abandonar as conclusões da sua pesquisa anterior. Amparando-nos em Gaetani (1999) e Vasconcellos (1998), é perceptível que o DASP foi perdendo força na formação de quadros para o serviço público nos governos posteriores enquanto de fato a Administração Pública era oficialmente introduzida como disciplina superior no Brasil pela criação da EBAP-FGV mediante acordos de cooperação técnica com o governo norte-americano. Até a década de 1960, Wahrlich (1967) afirma que vinte e nove instituições de ensino superior abriram cursos de Administração Pública. A incidência norte-americana foi onipresente, seja pelo governo (basta mencionar a *United States Agency for International Development – USAID*), por instituições de direito privado como a Fundação Ford ou por acordos com universidades americanas para intercâmbio de professores e tradução ao português de textos basilares da disciplina.

Sublinha Gaetani (1999), que, ao adentrarmos no regime militar, a Administração Pública era uma área científica em plena expansão. Pode-se tomar como indícios tanto o lançamento da Revista de Administração Pública (RAP) que passou a dividir espaço com a Revista do Serviço Público (RSP) - idealizada pelo DASP na década de 1930), e a criação do primeiro programa de mestrado, ambos pela EBAP no ano de 1967. O endurecimento do regime, no entanto, resultou no declínio da disciplina nos anos seguintes. Sua tese é de que o desenrolar dos acontecimentos políticos e econômicos no Brasil fez com que a distinção disciplinar não fosse preservada e a Administração Pública fosse como que engolida pela Administração Empresarial. Desvalorizada pelo avanço da liberalização das práticas gerenciais e tendo seu mercado profissional controlado pelo avanço dos economistas e administradores de empresa às principais posições de direção no governo, empresas públicas e fundações (LOUREIRO, 1997), isso se converteu na década de 1970 no fortalecimento da administração indireta organizada em bases empresariais e de cultura política tecnocrático-autoritária.

O decréscimo da demanda profissional foi tamanho que na década de 1980 a EBAP fechou seu curso de graduação em administração pública. A longa retração somente começou a apresentar sinais de reversão em 1995, quando a Administração Pública voltou a ser tema da agenda governamental através

da atuação de Luiz Carlos Bresser-Pereira frente ao Ministério da Administração e Reforma do Estado, o que implicou na hipótese de redefinição e reconfiguração da sua oferta científica e educacional (GAETANI, 1999), bem como numa revisão de seus pressupostos acompanhada da redefinição da noção de público (KEINERT, 1994).

Este movimento histórico indica que, apesar de uma trajetória disciplinar de mais de cinquenta anos, a Administração Pública no Brasil é um fenômeno que merece ser analiticamente reconsiderado em virtude do novo apogeu que se verificou no fim dos anos 1990 (COELHO; OLENSCKI; CELSO, 2011) e nos recentes desdobramentos no começo do século XXI em prol do movimento politicamente orientado pela sua autonomização disciplinar (PIRES et al., 2014). Se, enquanto enfocou a primeira metade do século XX, se viu obrigado a fazer uma sociologia política da Administração Pública, pelas restrições que o objeto quase nada institucionalizado em práticas científicas profissionais lhe impôs, a reconfiguração histórica da segunda metade do século XX e do início deste novo século o permite perspectivar a Administração Pública com base na sociologia da ciência, considerando que se trata já de uma ciência com características profissionais. Portanto, é possível pressupor que seus desdobramentos internos podem se dar não apenas por demandas e influências externas, diferentemente do contexto da década de 1930 onde não era possível pressupor nenhuma autonomia. Mas isso não implica que tenhamos de abandonar o interesse pelas relações desta ciência com as outras esferas de atividade do mundo social, em especial com a política e com a moral. Como se vê, mesmo que se pressuponha alguma possibilidade empírica de causalidade interna (a ciência explicada por fatores internos) há indícios empíricos de que as ciências humanas e sociais no Brasil permanecem imbricadas com outras esferas do mundo social¹.

Realinhado o interesse a partir da trajetória de pesquisa de um dos autores, buscamos então inserir esta nova propositura numa área temática empírica bastante recente no campo acadêmico da administração pública brasileira, qual seja, os estudos direcionados a pesquisar empiricamente a própria ciência da administração pública. Não obstante haver diversos modos legítimos de perspectivar este fenômeno, como a seção anterior objetivou clarificar, queremos deixar claro que permanecemos na perspectiva sociológica de objetivação da realidade em pauta a partir da Sociologia da Ciência. Uma pergunta inédita que se abre, pelo prisma sociológico, quando se inquirir sobre a trajetória de uma ciência num determinado contexto histórico é como ela se constitui institucionalmente e é afirmada culturalmente, além das sempre possíveis reconfigurações sensíveis às contingências, considerando as reivindicações e conquistas de autonomia ou heteronomia em relação a outros campos disciplinares, bem como outras esferas sociais (da moral e dos valores, da política, da religião, da economia e etc.).

Conforme expõe Gaetani (1999), as mudanças advindas da Constituição de 1988 e o processo de

¹ Além da pesquisa de Caminha (2014), outros estudos enfocando variadas ciências humanas e sociais já apontavam na mesma direção. Por exemplo, é o que nos informam Pécaut (1990), Saint-Martin (1988), Garcia Jr. (2004), Martins (1987), Miceli (1987), Forjaz (1997), Loureiro (1997), entre outros.

redemocratização podem ter sido influentes nas transformações da ciência da administração pública no Brasil. Na década de 1990, caracterizada pela redução da máquina estatal, a oferta desta disciplina foi reduzida à quase insignificância e seu funcionamento heteronomamente atrelado à disciplina de Administração Empresarial. No início do século XXI vê-se uma tendência de reversão, com o aumento da oferta de ensino e pesquisa e o surgimento de novos atores ocupando posições neste mercado profissional e tomando novas posições acerca da sua autonomia disciplinar atrelada a uma reformulação de pressupostos embasados numa noção de público: cultura democrático-republicana e ética cidadã (KEINERT, 1994), reinserindo a Administração Pública no jogo cruzado entre ciência, política (pelo labor de conciliação de demandas da sociedade civil com o poder do Estado) e moral (pela busca de bens comuns e bens em si que legitimam o discurso da ética cidadã), que, à primeira vista, indica uma reconfiguração no trabalho institucional e identitário de um novo modo de existência desta disciplina científica.

Têm-se, portanto, alguns fatos macroestruturais no Brasil recente que sobressaem aos olhos: mudanças na relação Estado e sociedade com o fortalecimento de uma cultura democrática e cidadã, mudanças no perfil e na demanda por formação profissional para um setor público em diversificação e expansão e o fortalecimento da pós-graduação e pesquisa no campo de administração pública. Estes fatos coincidem com um movimento pela conquista da autonomia deste campo da ciência. Expandiram-se o número de cursos de graduação e emergiram novos programas de pós-graduação² (PIRES *et al.*, 2014). As linhas de pesquisa, vinculadas a estes programas emergentes de pós-graduação se diversificaram, onde temas até então de pouco vigor como gestão social, coprodução do bem público públicos, gestão pública e gestão de políticas públicas passaram a dividir a pauta com temas mais clássicos como análise do Estado, teorias da administração pública e relações entre Estado e sociedade civil³.

Nesse cenário de profissionalização disciplinar acompanhado de maior organização e diversificação interna das instâncias de produção e difusão de conhecimento, nos chama também atenção a emergência, a partir da década de 2000, de um movimento com caráter declaradamente político que veio a ser autodenominado de “Campo de Públicas”⁴. Este movimento, já em vigor há quase duas décadas, vem se consolidando a partir de dois eixos que julgo centrais para a mínima compreensão da sua significação histórica: a) a luta pela autonomia e demarcação das fronteiras do campo,

² Segundo o último documento de área emitido pela CAPES em janeiro de 2017, são onze programas de pós-graduação em Administração Pública na rede de ensino superior no Brasil. O número aumenta quando incluídos os programas genéricos em Administração com linha de pesquisa em Administração Pública. Conforme a SBAP (s.d), são ao total 45 programas acadêmicos e profissionais específicos ou que possuem linha em AP.

³ Basta analisar a divisão acadêmica de Administração Pública da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD) para ver a ampla variedade temática: atualmente são 11 áreas temáticas.

⁴ Esta expressão, que vem adquirindo institucionalidade, tem sido usada por professores, pesquisadores, estudantes, egressos e dirigentes dos cursos de Administração Pública, Gestão de políticas públicas, Gestão social e Políticas públicas, das universidades brasileiras, para designar um campo multidisciplinar de ensino, pesquisa e tecnopolítico voltado a temas, problemas e questões de interesse público (PIRES *et al.*, 2014).

principalmente entre disciplinas limítrofes como a Administração Empresarial e a Ciência Política; e b) a produção de um consenso em torno da produção de um ideal comum entre os atores nele inseridos apoiado num *éthos* republicano e democrático. Estes dois eixos nos indicam, pelo menos, a forma pela qual o próprio movimento vem narrando a sua história oficial em artigos científicos (PIRES *et al.*, 2014; KEINERT, 2014).

Essa narrativa tem sido construída a partir de etapas cronológicas e de um grande senso de identidade comunitária de pertença, a iniciar na década de 1990, entendida como a pré-história do campo, quando a Administração Pública se subordinava à Administração Empresarial. Por dispor de baixa autonomia, apenas três cursos de graduação sobreviveram: os da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Universidade Estadual Paulista (Unesp) e Fundação João Pinheiro (FJP). Entre 2002 e 2005, ocorreram as primeiras mobilizações que resultaram no reconhecimento por parte do Ministério da Educação dos cursos de Administração Pública. Entre 2006 e 2009, fortaleceram-se os canais de diálogo e institucionalizaram-se medidas e o ideal de um projeto comum, que resultou, em 2010, a Carta de Balneário Camboriú, tida como peça para fortalecimento da identidade própria e avanço no debate das diretrizes dos cursos do campo. Entre 2010 e 2013, houve a produção de uma nova carta afirmativa (Carta de Brasília) e uma intensa mobilização em torno da aprovação das Diretrizes Nacionais Curriculares (DNCs) dos cursos de Administração Pública, que foram homologadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), após longo embate, em 13 de janeiro de 2014.

Após 2013, nota-se que a atenção à graduação se volta em parte para o avanço da pós-graduação, principalmente com a criação da Sociedade Brasileira de Administração Pública (SBAP) durante o I Encontro Nacional de Administração Pública (que hoje já se encontra na quarta edição) e as realizações dos fóruns nacionais de programas de pós-graduação em administração pública. Sua criação foi um passo, partindo de atores ligados ao Campo de Públicas, para institucionalizar um espaço disciplinar autônomo no âmbito da pesquisa e pós-graduação no Brasil. Sabe-se que, entre os objetivos fundamentais desta sociedade, estava a defesa da institucionalização de uma área de Administração Pública na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na forma de disciplina independente em relação à Administração de Empresas. Conquista atingida em 2016, quando a nomenclatura da área foi desmembrada entre Administração Pública e de Empresas. Também, em 2015, foi criada a Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas (ANEPCP), com sede em Brasília, que vem organizando bianualmente o Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas. Mais recentemente, em 2017, o CRA passou a reconhecer todos os cursos ligados ao Campo de Pública para fins de registro profissional.

Dada essa exposição sumária de alguns elementos históricos significativos para contextualizar e situar o objeto, pode-se notar que está em curso nas últimas duas décadas tanto um processo de expansão e diversificação da disciplina quanto um movimento organizado de luta pela reivindicação de sua autonomia. Não obstante os desdobramentos no nível de graduação, o foco desta proposta será

mesmo nos atores que atuam profissionalmente na prática científica disciplinar: os indícios apontam para a criação de programas de pós-graduação novos com diversificação das áreas de pesquisa em universidades públicas e privadas e escolas de gestão, além da formação de novas sociedades científicas (como a SBAP e a ANEPCP, além da divisão de AP na ANPAD e da rede pesquisadores em Gestão Social), de instâncias de gestão e regulação científicas e veículos de difusão do conhecimento (PIRES *et al.*, 2014; KEINERT, 2014). Estes, entre outros, são alguns indícios empíricos iniciais de que está em vias um movimento pela afirmação de existência de um campo próprio, específico, que se afirma pela autonomia, em relação a outras disciplinas especialmente a Administração de Empresas. Daí podemos questionar, inicialmente: os desdobramentos que vêm ocorrendo desde a virada do século XX ao XXI vêm de fato se refletindo num processo de reconfiguração da ciência da administração pública no Brasil? Esta questão, ainda pouco sofisticada do ponto de vista teórico, ainda não foi respondida pelos estudos já realizados sobre a ciência da administração pública no Brasil. Embora tenha havido avanços recentes nesta área de estudos, notamos que ainda há ampla dispersão temática e pouco diálogo entre os autores. Em termos de enfoque analítico, percebe-se que predominam estudos descritivos amparados por uma história serial ou pela epistemologia da ciência. Em termos de objeto, há mais ênfase no ensino de Administração Pública do que no *métier* científico propriamente dito. Destaca-se que poucos desses estudos dialogam com as contribuições pretéritas e atuais da Sociologia da Ciência, tampouco tratam de forma mais específica a temática da constituição disciplinar.

Mas se a questão se mostra pertinente pelo seu ineditismo, a dificuldade em encontrar pontos de partida sólidos – avanços já feitos na questão que poderiam servir de alicerce para tateá-la com maior segurança –, mostra-se um problema. Isso leva a necessidade de recorrer aos estudos fora da área de Administração, onde o tema da construção dos campos disciplinares em ciências humanas e sociais é mais discutido e estudado. Muitos estudos demonstram, sem variações sensíveis entre contextos nacionais e naturezas disciplinares, que as disciplinas de humanidades e sociais, desde as mais puras até as ditas aplicadas, apresentam poucas condições históricas de desenvolvimento autônomo, ou, para usar seu antônimo, forte condição de heteronomia (LEBARON, 1997; 2000; LOUREIRO, 1997; FORJAZ; 1997; MICELI, 1987; SAINT-MARTIN, 1988; DEZELAY; GARTH, 2001; ENGELMANN, 2004).

Mas particularmente interessante é sublinhar o estudo de Pavis (2003) sobre a ciência administrativa na França (1960-1990), que trabalhou com a hipótese de ela ser uma ciência de natureza heterônoma. O seu argumento é de que não se poderia pensá-la unicamente enquanto um campo disciplinar com fronteiras bem definidas e organização interna e identidade profissional estável sem levar em conta os efeitos das suas relações com o dito campo prático, que em geral se reconhece nos campos econômico e político (mais recentemente nos campos das organizações da sociedade civil e do engajamento militante, que cada vez mais vem demandando *expertises* de gestão, para não dizer também a demanda por gestão em empreendimentos sociais).

Essa é uma suposição pertinente, pois, por mais que tenha havido incremento no mercado de

trabalho científico de pós-graduação, a grande massa de formados em graduação e diplomados em cursos de pós-graduação *lato sensu* (onde concentra a maior oferta de vagas) faz uso de seus títulos para galgar posições de gestão no Estado, nas empresas públicas e privadas e nas organizações da sociedade civil, educacionais, eclesiásticas, culturais e esportivas. Apesar de que, cada vez mais (ENGELMANN, 2008), tem havido investimento em títulos de pós-graduação *stricto sensu* para a ocupação em carreiras científicas, o que é um traço de autonomia. Se, por um lado, as relações com o mundo prático podem dar à disciplina um tom de heteronomia, por outro, a expansão da pós-graduação serviu para forjar uma nova forma de autoridade que se legitima pelo reconhecimento intelectual fundado sob a autonomia de uma ordem intelectual. Esta situação um tanto quanto contraditória nos indica que as relações entre autonomia e heteronomia numa ciência social aplicada como é a Administração Pública são questões controversas e estão longe de serem resolvidas por soluções simplistas ou lineares (por exemplo, não vejo muito sentido em falar de “processo de autonomização”). Ao que tudo indica, levando em conta as evidências empíricas e reflexões teóricas que acima apresentamos, no caso histórico do desenvolvimento da ciência da Administração Pública no Brasil é mais coerente estudá-la à luz da seguinte hipótese argumentativa: de que as reivindicações de autonomia estão mais circunscritas às oposições com outras disciplinas científicas enquanto a heteronomia se inscreve no fato de que é uma possibilidade histórica desta disciplina ter se reconfigurado nas últimas duas décadas a partir de uma lógica de imbricação entre ciência, política e moral. Esta questão empírica, ainda longe de ser resolvida, mas que tomarmos como o principal fio condutor argumentativo desta propositura, dialoga com toda uma tradição em teoria sociológica acerca da modernidade ter ou não sido caracterizada pela autonomização das esferas sociais. É que para além do debate circunscrito às ciências humanas e sociais no Brasil, que acima mencionamos, a questão da autonomia da ciência e das disciplinas é também uma temática clássica na teoria sociológica clássica e contemporânea, que transcende fronteiras históricas. Por exemplo, são reflexões que perpassam o investimento de todo um panteão de cientistas sociais: iniciando com Max Weber (2013a, 2013b), passando por Robert Merton (2013a, 2013b, 2013c) e Pierre Bourdieu (2001, 2004, 2013a), até os mais recentes estudos sobre as práticas científicas, como recentemente foi publicado em 2013 no dossiê “*La science, une activité sociale comme une autre? Controverses autour de l'autonomie scientifique*” da revista *L'Année Sociologique* (DUBOIS, 2013).

Mas, dentre esses, foi certamente Bourdieu quem melhor sistematizou o conceito de autonomia de um campo científico. Para ele, quando se fala de autonomia de uma ciência significa a condição de um universo social, como outros, de obedecer a leis mais ou menos específicas. É um conceito relativo, que, através de dois polos típico-ideais (autonomia e heteronomia) orienta o entendimento da realidade histórica em termos do grau de autonomia num contínuo. Assim, toda condição de autonomia é parcial, mais ou menos acentuada e sempre reversível (BOURDIEU, 2004). Para sua operacionalização devemos nos referir necessariamente aos seguintes elementos empíricos (LEBARON, 2000): a) a questão da definição de suas fronteiras, ou seja, não se atendo às fronteiras institucionais e ao discurso

oficial de pertença mas observando os atores que se aplicam em disputas pela definição do verdadeiro cientista e ciência e a determinação dos seus atributos, qualificações e técnicas legítimas; b) a predominância ou não de critérios de legitimação internos à ciência, que pode ser observado pelo grau de intromissão de outros poderes (como o político) no interior da ciência bem como a presença de outros tipos de “cientistas” que atuam em outros espaços profissionais e incidem na ciência mediante lógicas de legitimação provenientes destes outros espaços; c) ligada aos dois itens precedentes está o grau de heterogeneidade da ciência, que pode ser observado pelo acordo ou o dissenso no seu interior; d) por fim, a forma da estrutura no qual a ciência existe enquanto campo profissional, o que implica em observar o quanto sua estrutura diferencia-se da estrutura social mais ampla, sendo que quanto mais diferenciada menos é objeto de disputas as definições de pertencimento à ciência e mais integrado e unificado é este espaço profissional. Para Bourdieu (2004) a baixa autonomia seria indicio de um espaço mais heterogêneo e fragmentado, permeado por variadas formas de disputas por definições, ou seja, pelo embate de tomadas de posição (avaliações) amparadas por princípios de legitimação/justificação variados acerca do ser cientista, do pensar científico e do fazer ciência.

Assim posto, inspirando-nos em Pavis (2003), Bourdieu (2004) e Lebaron (1997, 2000), partimos do pressuposto de que pensar o par autonomia-heteronomia dicotomicamente pode ser uma cilada teórica, pois corre-se o risco de substancializar o conceito o que implicaria em naturalizar determinadas realidades como autônomas ou heterônomas *per se* (atribuir essências). Contra isso, sustentamos que o pensemos relacionalmente (EMIRBAYER, 1997). Ora, se por um lado, uma ciência aplicada como a Administração Pública, ao lado da Medicina, do Direito e outras disciplinas que ocupam o polo temporal do espaço acadêmico (BOURDIEU, 2013b), tem diversos traços heterônomos – basta pensarmos que seus saberes são constantemente capitalizados em intervenções na realidade prática ou que a divisão das suas áreas disciplinares reflete quase que idealmente a divisão política das sociedades -, por outro, a sua institucionalização no ensino superior criou forças de autonomia reais. Pensando relacionalmente, parece haver na realidade tanto uma tensão conflituosa entre autonomia e heteronomia quanto um acordo de que um não pode afirmar sua existência sem distinguir-se do outro na construção dos “modos de existência” dos campos científicos, que envolve tanto aspectos simbólicos, narrativos e materiais. Em outros termos, apesar do traço agonístico que marca a relação entre os termos, a existência de um só é assegurada em relação ao outro.

Lógica e ontologicamente, “o real é relacional” (BOURDIEU, 1992, p. 97). Isso rompe com alguns essencialismos que permeiam as ciências sociais desde Durkheim, quando este afirmou que devemos tratar os fatos sociais como coisas. O movimento de institucionalização da disciplina no ensino superior fez com que se formasse um corpo científico/docente especializado. Este corpo, com certo investimento, constituiu um capital simbólico específico, indicio de alguma autonomia disciplinar. Mas a tensão é clara, pois a desconexão com o mundo prático e a reprodução numa esfera estatutariamente acadêmica expôs o risco de sua produção ser “inútil”. O risco de descrédito e desqualificação torna este

capital frágil e tensionado, não obsoletando os demais poderes que podem incidir na disciplina. A diversidade de poderes, isto é, modos de reconhecimento legítimos, apenas engendra novos conflitos e expõe as tensões entre autonomia e heteronomia.

Para evitar substancializar o conceito, sugerimos seguir por duas vias teóricas relacionadas entre si: uma macrosociológica e objetivista e outra microsociológica e subjetivista. A primeira se sustenta no conceito de campo social formulado por Bourdieu (1992) enquanto espaço objetivo de posições, trajetórias e acumulação, reconversão e uso de recursos sociais (capitais). Esta visão toma as hipóteses de heteronomia ou autonomia como possibilidades históricas não-teleológicas, pois concretamente estão em constante tensão na configuração dos campos científicos nas ciências sociais (BOURDIEU, 2001, 2004, 2013a). Não é uma premissa que toda ciência ruma na direção da autonomia, como um fim dado. Nem também que a ciência seria suplantada pela técnica. A autonomia é sempre relativa. Assim, a análise empírica não se absterá de considerar as relações possíveis entre o campo científico e as demais esferas da sociedade nem as condições em que a ciência se opõe às esferas sociais. Mas além de pensar a autonomia como um conceito descritivo de uma realidade objetiva, é fundamental também pensá-la como uma noção que compõe os repertórios normativos dos atores em suas tomadas de posição, haja vista que é amplamente evocada nas situações de disputa e controvérsia que perpassam a vida prática de uma ciência, a começar pela própria definição do qualificativo “ciência” (por exemplo, é unívoco ou não entre os atores o sentido da administração pública enquanto ciência?). Neste ponto reside a nossa segunda via de corte teórico contra o substancialismo conceitual, agora mais atenta aos elementos microsociológicos. Contra a ideia substancialista de que tal ou qual ciência é um espaço hermeticamente fechado e com identidades profissionais bastante formalizadas e estabilizadas, é preciso pensá-las mais como um espaço controverso envolto em atos de crítica e de denúncia (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1991), onde até mesmo os termos aparentemente mais unívocos e neutros como “Administração Pública”, “ciência da administração pública” e “administrador público”, são objetos de disputa.

A questão que se desdobra é que estes mundos científicos podem ser muito mais diferenciados e heterogêneos do que se pensa e a questão da autonomia enquanto conceito só pode ser trabalhada com base em um conjunto de argumentos empíricos que levem em conta o movimento tanto da estrutura social e cultural da disciplina (via objetivista) quanto o espaço prático das tomadas de posição que ocorrem em torno do trabalho avaliativo dos atores em torno da autonomia/heteronomia (via subjetivista). Isto porque os diferentes espaços disciplinares historicamente situados podem ser perpassados por variados momentos conflituosos pela defesa da autonomia ou pela heteronomia. É preciso deixar os atores formularem suas posições acerca de determinadas questões, e, a partir do embate entre dissensos e consensos observados nas práticas o pesquisador pode tirar suas conclusões teóricas. Como expomos anteriormente, se há um certo discurso em voga numa disciplina projetado à autonomia, ele precisa no mínimo ser problematizado para evitar que se substancialize, ou seja, evitar que certos

discursos localizados sejam cristalizados em visões englobantes do que seja uma disciplina e a sua profissão, suas normas, suas práticas e seu *éthos*.

Percebe-se que, com o relevante trabalho de Bourdieu, a definição de autonomia ganhou um toque mais macrosociológico e objetivista, com ênfase em elementos estruturais que existem em relações objetivas independentemente da consciência e vontade dos atores⁵. Porém, aspectos microsociológicos e subjetivistas relacionados às práticas sociais em situações concretas de existência, como as interações e as ações, a experiência, a hermenêutica do sentido e interpretação receberam menor primazia. Aqui repousa a segunda via para evitar a substancialização do conceito. A ênfase nas práticas permite ver a ciência sob uma nova ótica, sendo composta por uma variada gama de interações em variados espaços de atuação, ou seja, a ciência passa a ser compreendida como um fenômeno prático que se constrói pelo trabalho real de pessoas interagindo em função de determinados fins. A prática é assim um fenômeno de ordem temporal que expressa os atos e performances do fazer ciência num campo de ação mais ou menos circunscrito à uma ordem estrutural e cultural de uma sociedade (PIEKERING, 1993).

Tal compreensão de prática tem sido desenvolvida por estudos mais recentes da sociologia da ciência com contornos mais microsociológicos. Tomando emprestado os dizeres de Latour (2006), o foco de interesse desta abordagem é não tanto tomar a realidade social objetivada e estruturada elemento explicativo, mas tomar o social como o problema. Esta que, com as devidas ressaltas, pode ser incluída no arcabouço mais amplo da sociologia pragmática que emergiu na França no final da década de 1980 (BARTHE *et al.*, 2016), propõe uma novidade além do relacionismo estrutural-generativo de Bourdieu. As estabilizações estruturais são aquilo que deve ser explicado a partir de relações e movimentos problemáticos, pois propõe uma ontologia do social que o vê como relações instáveis, fluídas, pouco determinadas, que metodologicamente podem ser captadas nas situações críticas, problemáticas e incertas que permeiam a vida prática dos homens em sociedade.

É exatamente o que Pestre (1995) mapeia ao destacar uma renovação sociológica com ênfase nas práticas científicas. Grosso modo, esta renovação (mais ou menos heterogênea) indicou que a Sociologia deveria dar menos ênfase aos elementos estabilizados de uma ciência (sempre frágeis e momentâneos), portanto estruturais, e inquirir sobre a prática cotidiana dos cientistas para ver como estas estabilizações se impõem a partir de controvérsias em torno de questões práticas que são situacionais e ocorrem por interação onde os atores precisam constantemente tomar posições acerca delas.

Pensamos que estas situações de controvérsias e críticas podem ser melhor compreendidas se

⁵ É o que se observa na bem-sucedida utilização do conceito na análise empírica dos economistas franceses produzida por Lebaron (1997, 2000). Entre os estudos que encontramos, a pesquisa de Lebaron é aquela que mais se aproxima de uma análise sociológica das fronteiras, da autonomia e da estrutura de uma ciência social. A ressalva fica por conta de seu apego incondicional à teoria dos campos e do habitus de Bourdieu, a qual pretendemos recorrer apenas seletivamente para compor esta proposta.

aglutinadas ao conceito de tomada de posição. Mas se Bourdieu (2013a, 2013b) já usava o conceito de tomada de posição, observamos que seu uso era muito atrelado às determinações estruturais das posições e trajetórias sociais dos atores e bastante reduzido a indicadores estatísticos genéricos como as escolhas científicas (adesão à correntes, teorias, domínios de especialidade, etc.) e as escolhas políticas (preferências manifestas, militância e defesas de causas, política profissional, cargos políticos, etc.), sem levar em conta as operações críticas que se dão em momentos de indefinição/controvérsia que levam os atores a tomarem suas posições sobre questões relevantes no jogo científico. Ou seja, em Bourdieu ele é mais uma variável estatística explicada por condicionamentos estruturais do que de fato aquilo que dá sentido ao que realmente os atores fazem na vida prática quando se deparam com momentos críticos.

Para dar conta desta lacuna, evocamos a sociologia pragmática que Dodier (2005) constrói acerca daquilo que chama de espaço e movimento da crítica. Estes espaços em movimento seriam formados pelo conjunto de tomadas de posição em torno de questões relevantes, ou seja, o jogo de enunciados que se entrecruzam num espaço em torno de questões relevantes. Representar o espaço da crítica seria “captar a medida da distribuição efetiva das tomadas de posição num espaço dos possíveis” (DODIER, 2005, p. 265), através de diferenciações apenas momentaneamente estabilizadas entre atores. Isso permitiria ver através destas diferenciações que ocorrem no universo prático das tomadas de posição, ou seja, as avaliações sobre questões que envolvem a afirmação de autonomia ou heteronomia de uma determinada disciplina científica.

Entendemos que a investigação acerca do processo de configuração de uma disciplina científica (enquanto estrutura social, cultura e práticas) deve necessariamente ir além do discurso e da história oficial, que, quase sempre, indicam para a homogeneidade, o consenso e a autonomia disciplinar como dado *a priori*. Ir além deste discurso significa, no sentido que se pretende dar nesta propositura, fazer ver nas práticas sociais a realização das interações entre as duas esferas que compõem uma mesma realidade social: o espaço mais amplo do campo disciplinar e suas relações com outros espaços – atores, instituições e dispositivos (nível estrutural e macrosocial); e os espaços de tomadas de posição, *locus* de interação e de articulação dos atores no fazer cotidiano da ciência (nível da agência e microssocial). Esta articulação entre níveis “macro” “micro” através de uma ontologia das práticas (FREGA, 2016) é um recurso heurístico que possibilita a não-adesão cega ao discurso e narrativa oficiais que em geral é a que tem sido apresentada nos estudos associados ao tema e permite analisar concretamente as condições de autonomia ou heteronomia científica e suas tensões que vêm (ou não) se refletindo no devir histórico da Administração Pública no Brasil desde o começo do século XXI até o tempo presente. Portanto, diante da propositura lançada, fica em aberto uma questão ainda a ser respondida: como vem se dando o processo de (re)configuração do campo científico da Administração Pública no Brasil desde o começo do século XX até o tempo presente em termos da pragmática das controvérsias em torno da autonomia e heteronomia científica? Esta questão, no nosso entendimento, é rica para orientar estudos futuros inseridos na área de Sociologia da Administração Pública.

Referências

- ABREU, J. C. A. de. Modelos epistemológicos na Administração Pública: o discurso substantivo em Habermas acerca da democracia na sociedade da informação. **Administração Pública e Gestão Social**, Viçosa, v.02, n.01, p.1-20, jan./mar., 2010.
- ALCADIPANI, R.; BERTERO, C. O. Guerra fria e ensino do management no Brasil: o caso da FGV-EAESP. **Revista Administração de Empresas**, v. 52, n. 3, p. 284–299, 2012.
- _____.; CALDAS, M. P. Americanizing Brazilian management. **Critical Perspectives on International Business**, v. 8, n. 1, p. 37–55, 2012.
- ANDION, C. Por uma nova interpretação das mudanças de paradigma na administração pública. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 01–19, 2012.
- BARROS, A. N. de. Uma narrativa sobre os cursos superiores em Administração da FACE/UFMG: dos primeiros anos à sua unificação em 1968. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 12, n. 1, p. 7–25, 2014.
- _____.; CARRIERI, A. D. P. Ensino superior em administração entre os anos 1940 e 1950: uma discussão a partir dos acordos de cooperação Brasil-Estados Unidos. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 11, n. 2, p. 256–273, 2013.
- BARTHE, Y. et al. Sociologia pragmática: guia do usuário. **Sociologias**, Porto Alegre, Ano 18, n.41, jan./abr., p.84-129, 2016.
- BLOOR, D. **Conhecimento e imaginário social**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.
- BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. **De la justification: les économies de la grandeur**. Paris: Gallimard, 1991.
- BOMENY, H.; MOTTA, M. (orgs.). **A escola que faz escola: EBAPE 50 anos – depoimentos ao CPDOC**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, R. (org.). **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho d'Água, 2013a.
- _____. **Homo academicus**. 2.ed. Florianópolis: Editora UFSC, 2013b.
- _____. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- _____. **Para uma sociologia da ciência**. Lisboa: Edições 70, 2001.
- _____. The logic of fields. In: BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. **An invitation to reflexive sociology**. Chicago: The University of Chicago Press, 1992.
- _____.; CHAMBOREDON, J-C.; PASSERON, J-C. **Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia**. 8.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.
- BURKE, P. **História e teoria social**. 3.ed. São Paulo: Editora Unesp, 2012.
- CAMINHA, D. O. **Origens sociais, trajetórias e estratégias de ascensão da elite dirigente do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) no Estado Novo**. Dissertação de Mestrado em Administração. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2014.
- COELHO, F. de S. A problemática atual do ensino de graduação em Administração Pública no Brasil.

Cadernos EBAPE.BR, Rio de Janeiro, n. spe., 2008.

_____.; NICOLINI, A. M. Do auge à retração: análise de um dos estágios de construção do ensino de Administração Pública no Brasil (1966-1982). **Organizações & Sociedade**, Salvador, v.20, n.66, p.403-422, jul./set., 2013.

_____.; _____. Revisitando as origens do ensino de graduação em Administração Pública no Brasil (1854-1952). **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.48, n.02, p.367-88, mar./abr., 2014.

_____.; OLENSCKI, A. R. B.; CELSO, R. P. Da letargia ao realento: notas sobre o ensino de graduação em Administração Pública no Brasil no entremeio da crise do Estado e da redemocratização do país (1983-94). **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.45, n.06, p.1707-32, nov./dez., 2011.

D'ARAUJO, M. C. (org.). **Fundação Getúlio Vargas: concretização de um ideal**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

DEZALAY, Y; GARTH, B. **The internationalization of palace wars: lawyers, economists and the contest to transform Latin American states**. Chicago and London: The University of Chicago Press, 2001.

DODIER, N. O espaço e o movimento do sentido crítico. **Fórum Sociológico**, n.13/14, 2ª série, p.239-277, 2005.

_____.; BARBOT, J. La force des dispositifs. *Annales: Histoire, Sciences Sociales*, n.02, p-421-448, abr./jun., 2016.

DUBOIS, M. Introduction. **L'Année Sociologique**, v.63, p.345-57, 2013.

EMIRBAYER, M. Manifesto for a relational sociology. **American Journal of Sociology**, v.103, n.02, p.281-317, set., 1997.

ENGELMANN, F. **Internacionalização e legitimação da formação acadêmica em Administração no Brasil nas décadas de 90 e 2000**. Tomo, São Cristóvão, n.13, jul./dez., 2008.

_____. La rédefinition de l'enseignement juridique et de l'espace juridique brésilien. **Cahiers du Brésil Contemporain**, Paris, v.57/58, 2004.

FADUL, É. et al. Administração pública no Brasil: reflexões sobre o campo de saber a partir da Divisão Acadêmica da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (2009-2013). **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 5, p. 1329–1354, 2014.

_____.; SILVA, L. P. DA; CERQUEIRA, L. S. Análise do campo da administração pública através da produção científica publicada nos anais dos EnAPGs. **Cadernos de Gestão Pública e Cidadania**, v. 16, n. 59, p. 1–17, 2011.

FISCHER, T. M. D. A formação do administrador brasileiro na década de 90: crise, oportunidade e inovações nas propostas de ensino. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 4, p. 11–20, 1993.

_____. Administração pública como área de conhecimento e ensino: a trajetória brasileira. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 24, n. 4, p. 278–288, 1984a.

_____. **Ensino de Administração no Brasil, os ideais do desenvolvimento e as dimensões de racionalidade**. Tese de Doutorado em Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP,

1984b.

_____. et al. Avaliação de Programas de Pós-graduação em Gestão Social. **Gestão.org**, n. spe., p. 48–58, 2008.

FORJAZ, M. C. S. A emergência da ciência política no Brasil: aspectos institucionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.12, n.35, 1997.

FREGA, R. Qu'est-ce qu'une pratique? In: CHATEAURAYNAUD, F.; COHEN, Y. (orgs.). **Histoires pragmatiques**. Paris: Éditions EHESS, 2016.

GAETANI, F. O ensino de Administração Pública no Brasil em um momento de inflexão. **Revista do Serviço Público**, Ano 50, n.04, p.92-120, out./dez., 1999.

GARCIA Jr., A. A dependência da política: Fernando Henrique Cardoso e a sociologia no Brasil. Tempo Social: **Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v.16, n.01, 2004.

GUERRA, L. C. B. et al. Análise epistemológica da nova administração pública à luz de Kuhn e Popper. **Revista Eletrônica do Mestrado em Administração da Universidade Potiguar**, Ano IV, n.01, p.43-53, out./mar., 2011/2012.

KEINERT, T. M. M. **Administração Pública no Brasil: crises e mudanças de paradigmas**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2000.

_____. O Movimento “Campo de Públicas”: Construindo uma Comunidade Científica dedicada ao Interesse Público e aos Valores Republicanos. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 6, n. 4, p. 169–176, 2014.

_____. Os Paradigmas da Administração Pública no Brasil (1900-92). **RAE-Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 34, n. 3, p. 41–48, 1994.

_____.; LAPORTA, C. B. A RAP e a evolução do campo de administração pública no Brasil (1965-92). **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 5–17, 1994.

KUHN, Thomas. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 10.ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

LATOUR, B. **Changer de Société: refaire de la sociologie**. Paris: La Découverte, 2006.

_____. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. 2.ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

_____.; WOOLGAR, S. **A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

LEBARON, F. **La croyance économique: les économistes entre science et politique**. Paris: Seuil, 2000.

_____. **La dénégation du pouvoir** (le champ des économistes français au milieu des années 1990). Actes de la recherche en sciences sociales, Paris, v.119, p.3-26, sept., 1997.

LOUREIRO, M. R. **Os economistas no Governo: gestão econômica e democracia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

MACHADO, M. B. **O ensino de Administração Pública no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1966.

MARTINS, L. A gênese de uma intelligentsia: os intelectuais e a política no Brasil (1920 a 1940). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.02, n.04, 1987.

MERTON, R. K. A ciência e a ordem social. In: MERTON, R. K. **Ensaio de sociologia da ciência**. São Paulo: Editora 34, 2013a.

_____. A ciência e a estrutura social democrática. In: MERTON, R. K. **Ensaio de sociologia da ciência**. São Paulo: Editora 34, 2013b.

_____. Puritanismo, pietismo e ciência. In: MERTON, R. K. **Ensaio de sociologia da ciência**. São Paulo: Editora 34, 2013c.

MICELI, S. Condicionantes do desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil (1930-1964). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n.05, p.09-17, out., 1987.

_____. Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-45). In: MICELI, S. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NICOLINI, A. Qual Será o Futuro das Fábricas de Administradores? **RAE - Revista de Administração de Empresas**, v. 43, n. 2, p. 44-54, 2003.

OLIVEIRA, F. B. DE; SAUERBRONN, F. F. Trajetória, desafios e tendências no ensino superior de administração e administração pública no Brasil: uma breve contribuição. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 41, n. spe, p. 149-170, 2007.

PAES DE PAULA, A. P. Administração Pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social. **Revista de Administração Empresarial**, São Paulo, v.45, n.01, p.36-49, jan./mar., 2005.

PAVIS, F. **Sociologie d'une discipline hétéronome**. Le monde des formations en gestion entre universités et entreprises em France. Années 1960-1990. Thèse de Doctorat. Université de Paris I – Sorbonne, 2003.

PÉCAUT, D. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990.

PESTRE, D. Pour une histoire sociale et culturelle des sciences. Nouvelles définitions, nouveaux objets, nouvelles pratiques. **Annales. Histoire, Sciences Sociales**, 50e année, n.3, p.487-522, 1995.

PICKERING, A. The mangle of practice: agency and emergence in the sociology of science. **American Journal of Sociology**, v.99, n.03, p.559-89, nov., 1993.

PIRES, V. et al. Dossiê - Campo de Públicas no Brasil: definição, movimento constitutivo e desafios atuais. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 6, n. 3, p. 110-126, 2014.

SAINT-MARTIN, M. de. À propos d'une rencontre entre chercheurs: sciences sociales et politique au Brésil. **Actes de la Recherche em Sciences Sociales**, Paris, n.71/72, p.129-134, 1988.

SILVA, B. O DASP como propulsor do managerialismo no Brasil. **Revista de Administração Pública**, n. 4, 1968.

SOUZA, C. Pesquisa em Administração Pública no Brasil: uma agenda para o debate. **RAP - Revista de Administração Pública**, v. 32, n. 4, p. 43-61, 1998.

VALADARES, J. L. et al. Administração Pública sob a ótica dos estudos críticos: reflexões, interlocuções e tendências, **Administração Pública e Gestão Social**, Viçosa, v.09, n.01, p.31-42, jan./mar., 2017.

VALE, M. P. E. de. M.; BERTERO, C. O.; ALCADIPANI, R. Caminhos diferentes da americanização na educação em Administração no Brasil: a EAESP/FGV e a FEA/USP. **Administração: Ensino e Pesquisa**, Rio de Janeiro, v.14, n.04, p.837-872, out./nov./dez., 2013.

VASCONCELLOS, M. D. L'internationalisation des écoles de gestion au Brésil. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, Paris, v.121-122, mar., 1998.

WAHRLICH, B. Formação em Administração Pública e de Empresas: programas específicos ou integrados numa sociedade em desenvolvimento. **Revista de Administração Pública**, v.01, n.02, 1967.

_____. Evolução das ciências administrativas na América Latina. **Revista de Administração Pública**, v. 13, n. 1, p. 31–68, 1979.

WALDO, D. **O estudo da administração pública**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1971.

WANDERLEY, S. ISEB, uma escola de governo: desenvolvimentismo e a formação de técnicos e dirigentes. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.50, n.06, p.913-36, nov./dez., 2016.

WEBER, M. Consideração intermediária: teoria dos níveis e direções da rejeição religiosa do mundo. In: BOTELHO, A. (org.). **Essencial sociologia**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013a.

_____. Ciência como vocação. In: BOTELHO, A. (org.). **Essencial sociologia**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013b.

_____. **Ensaio sobre a teoria das Ciências Sociais**. São Paulo: Centauro, 2003.